

Protocolo



## Prefeitura Municipal de Monte Carmelo

Estado de Minas Gerais

Protocolo

### RECIBO

Inscrição

0059975/2022

Setor/Quadra/Lote/SubLote

Data: 10/08/2022 09:59:05

Impressão: 10/08/2022 10:03:48

Requerente: 000279300 - VINICIUS FERREIRA DE MENEZES

CNPJ: 34.985.532/0001-47

Endereço: AVENIDA DOS MUNDINS, 417

#### Documentos Solicitados

059122/018 - Geral: IMPUGNAR EDITAL DE LICITAÇÃO

ENCAMINHA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL TP Nº 06/2022. SETOR DE LICITAÇÃO.

## IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

### ILUSTRÍSSIMO SR. PREGOEIRO

A empresa **VINICIUS FERREIRA DE MENEZES ME**, empresa situada na Avenida dos Mundins, 417 sala mesa 1, inscrita no CNPJ sob o nº 34.985.532/0001-47, através do seu representante legal **VINICIUS FERREIRA DE MENEZES, CREA-MG 184.609/D**, vem, mui respeitosamente, perante Vossa Senhoria, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2022** apresentado por esta Administração com fundamento no § 2º do Art.41 da Lei 8.666/93 face as irregularidades a seguir expostas:

#### TEMPESTIVIDADE:

Inicialmente comprova-se a tempestividade desta impugnação, dado que a abertura dos envelopes de habilitação está prevista para o dia 22 de agosto de 2022, tendo sido, portanto, cumprido o prazo pretérito de cinco dias úteis antes da data fixada para recebimento dos envelopes.

#### DOS FATOS

Trata-se de edital de licitação na modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço, mediante regime de empreitada por preço global, instaurado pela Prefeitura Municipal de Monte Carmelo.

O Certame tem por objetivo a Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Engenharia para Construção da UBS (Unidade Básica de Saúde) no Bairro Jardim Oriente no Município de Monte Carmelo, solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde.

O empreendimento licitado abará obras e serviços contemplados em seu objeto, dos quais se pode extrair a dimensão desse objeto que totalizam o valor estimado de referencia R\$ 1.602.960,60 (Hum milhão, seiscentos e dois mil, novecentos e sessenta reais e sessenta centavos).



<sup>1</sup> – MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. 22. ed. São Paulo: Malheiros, 1997.

<sup>2</sup> – SUNFELD Carlos Ari. *Licitação e Contrato Administrativo*: Malheiros, 1994, p. 16.

Dentre os requisitos de habilitação exigidos foram incluídas exigências manifestantes restritivas, sem relevância financeira, redigidas em total descompasso com a legislação federal. Senão vejamos:

Conforme Estabelece o § 2º, do art. 30 da Lei Federal 8.666/1993, o Profissional deverá comprovar a execução dos seguintes tipos de serviços que correspondem às parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo são:

a) Atestados de Construção civil, (construção de edifícios), contemplando os seguintes itens;

**a.1) Fundações (Estacas brocas de concreto, Montagem e desmontagem de Fôrmas);**

**a.2) Superestrutura (Fornecimento de concreto estrutural; laje pré-moldada unidirecional);**

**a.3) Alvenaria (Paredes e Divisórias);**

**a.4) Esquadrias e Ferragens (Fornecimento e assentamento de Portas e Janelas, Soleiras e Peitoril);**

**a.5) Coberturas e Proteções (Estrutura de trama de aço com telhas fibrocimento);**

**a.6) Pisos, Rodapés e Revestimentos, Forro e Pavimentação;**

**a.7) Pintura (Pintura com tinta Látex, Acrílica e Esmalte);**

**a.8) Instalações Elétricas;**

**a.9) Instalações Hidráulicas;**

**a.10) Instalações de Águas Pluviais;**

**a.11) Instalações Sanitárias;**

**a.12) Acabamento em Louças e Metais;**

**a.13) Prevenção contra combate e incêndio (instalação de luminárias, extintores e placas de sinalização de segurança contra incêndio)**

**a.14) Gases Medicinais (Construção de rede de gases medicinais)**

O edital elenca atividades, especialmente os subitens **a.8) Instalações Elétricas; a.9) Instalações Hidráulicas; a.10) Instalações de Águas Pluviais; a.11) Instalações Sanitárias; a.12) Acabamento em Louças e Metais; a.13) Prevenção contra combate e incêndio (instalação de luminárias, extintores e placas de sinalização de segurança contra incêndio); a.14) Gases Medicinais (Construção de rede de gases medicinais);** não possuem relevância técnica e tão pouco financeira para ensejar a comprovação de capacidade técnica.

Da análise das exigências, é fácil concluir que pouquíssimas empresas do mercado atenderão a todos os requisitos de habilitação, muito embora sejam inúmeras aquelas que disponham de solidez financeira, capacitação e know-how necessários à execução das parcelas que integram o escopo licitado.

## DA FINALIDADE DOS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA

<sup>1</sup> – MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. 22. ed. São Paulo: Malheiros, 1997.

<sup>2</sup> – SUNFELD Carlos Ari. *Licitação e Contrato Administrativo*: Malheiros, 1994, p. 16.





A necessidade de aferição da capacidade técnica nos certames deve-se única e exclusivamente para que a Administração Pública possa averiguar se o licitante detém a qualificação necessária para gerir e cumprir o contrato administrativo, caso seja declarado vencedor do certame.



A exigência de atestado de capacidade técnica, portanto, objetiva avaliar a experiência do interessado, no sentido de tornar possível que se identifique a sua capacidade em bem executar o objeto do futuro contrato.

A Administração prevê equivocadamente neste edital como parcela simultânea de maior relevância técnica e financeira os subitens, **a.8; a.9; a.10; a.11; a.12; a.13; a.14.**, especialmente por se tratar de atividades comuns e ainda pela baixa relevância financeira, eis que ambos não alcançam **4% do valor estimado da obra**, como se infere da planilha de orçamentos disponibilizados pela Administração.

### **EXIGÊNCIA DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL REGISTRADO NA ENTIDADE PROFISSIONAL COMPETENTE - CREA**

No Edital no tópico "**26. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**" é exigido como qualificação técnica a comprovação de aptidão para desempenho da atividade compatível com o objeto da licitação a apresentação de "**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**", fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrados no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA)". (grifo nosso) "

Importante destacar a diferença entre **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL** (da Empresa) e **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA PROFISSIONAL** (do Profissional).

A previsão legal para exigência de qualificação técnica abrange tanto a experiência empresarial quanto a experiência dos profissionais que irão executar o serviço. A primeira seria a capacidade técnico-operacional, abrangendo atributos próprios da empresa, desenvolvidos a partir do desempenho da atividade empresarial com a conjugação de diferentes fatores econômicos e de uma pluralidade de pessoas. A segunda é denominada capacidade técnicoprofissional, referindo-se a existência de profissionais com acervo técnico compatível com a obra ou serviço de engenharia a ser licitado.

<sup>1</sup> – MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. 22. ed. São Paulo: Malheiros, 1997.

<sup>2</sup> – SUNFELD Carlos Ari. *Licitação e Contrato Administrativo*: Malheiros, 1994, p. 16.



**CAT** ou **CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO** é o documento que apresenta o conjunto das atividades desenvolvidas ao longo da vida do **PROFISSIONAL**, em que constam os assentamentos do CREA referente às ART arquivadas em nome do **PROFISSIONAL**.

Conforme os Artigos 49 e 50 da Resolução 1025/09 do CONFEA, o **CAT (Certidão de Acervo Técnico)** é um documento do **PROFISSIONAL** e não **OPERACIONAL** da Empresa.

4

Art. 49 da Resolução 1025/09 do CONFEA – A Certidão de Acervo Técnico (CAT) é o **instrumento que certifica**, para os efeitos legais, que consta dos assentamentos do CREA a Anotação da Responsabilidade Técnica (A.R.T.) pelas atividades consignadas no acervo técnico do **profissional**.

Art. 50 da Resolução 1025/09 do CONFEA – A CAT deve ser **requerida ao CREA pelo profissional** por meio de formulário próprio, conforme o Anexo III, com indicação do período ou especificação do número das A.R.T.s que constarão da certidão.

Conforme pode ser observado, o CREA não registra o acervo técnico da PESSOA JURÍDICA, pois sua responsabilidade é com o **PROFISSIONAL**.

Vejamos o entendimento do Tribunal de Contas da União sobre a matéria, representado pelo Acórdão 128/2012 – 2ª Câmara Acórdão 655/2016 do Plenário:

1.7. Recomendar à UFRJ que exclua dos editais para contratação de empresa para a execução de obra de engenharia a exigência de registro no CREA dos atestados para comprovação da capacitação técnica operacional das licitantes, tendo em conta a recomendação inserta no subitem 1.3 do Capítulo IV combinado com o subitem 1.5.2 do Capítulo III do Manual de Procedimentos Operacionais para aplicação da Resolução CONFEA nº 1.025/2009, aprovado pela Decisão Normativa CONFEA nº 085/2011". (Acórdão 128/2012 – 2ª Câmara) 9.4. dar ciência ao Município de Itagibá/BA, de modo a evitar a repetição das irregularidades em futuros certames patrocinados com recursos federais, de que: (...) 9.4.2. a exigência de comprovação de aptidão técnica devidamente registrada junto ao Crea, dando conta de que a empresa interessada já desenvolveu serviços idênticos/semelhantes ao previsto no objeto do edital, contraria a Resolução 1.025/2009 do Confea e o Acórdão 128/2012 – TCU – 2ª Câmara; (**Acórdão 655/2016 do Plenário**).

Quando um **PROFISSIONAL** faz o registro do **ACERVO TÉCNICO** junto ao CREA ele tem a **OPÇÃO** de vincular a PESSOA JURÍDICA, no entanto não é obrigatório, pois o registro é do **PROFISSIONAL** e não da **EMPRESA**.

Exigir que o **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL** em nome da **EMPRESA** seja registrado no CREA é o mesmo que exigir o vínculo empregatício entre o **PROFISSIONAL** e a **EMPRESA** pois somente o **PROFISSIONAL** ao registrar seu **ACERVO** teria condições de incluir uma determinada **EMPRESA** e não é possível o registro da **EMPRESA** junto ao CREA sem o vínculo com o **PROFISSIONAL**.

<sup>1</sup> – MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. 22. ed. São Paulo: Malheiros, 1997.

<sup>2</sup> – SUNFELD Carlos Ari. *Licitação e Contrato Administrativo*: Malheiros, 1994, p. 16.





Além de não existir nenhuma previsão legal para a exigência do vínculo empregatício, o Tribunal de Contas da União já se manifestou inúmeras vezes contrário à exigência como critério de habilitação em processos licitatórios.

Este Tribunal também tem se posicionado em diversos julgados, no sentido de que se exigir que haja vínculo empregatício para comprovação de que o profissional integra o quadro permanente da licitante é desnecessário. Esse vínculo não se afigura como imprescindível para a comprovação de capacidade técnica-profissional, haja vista a possibilidade de autonomia no exercício de profissão. Desse modo, tais exigências não só são consideradas por esta Corte como restrição à competitividade na licitação, como também estão em desconformidade com a legislação, com a jurisprudência e com a doutrina aplicáveis ao caso. **Acórdão 80/2010 Plenário (Voto do Ministro Relator)**

É irregular a exigência de que a atestação de capacidade técnico-operacional de empresa participante de certame licitatório seja registrada ou averbada junto ao Crea, uma vez que o art. 55 da Resolução-Confea 1.025/2009 veda a emissão de Certidão de Acervo Técnico (CAT) em nome de pessoa jurídica. A exigência de atestados registrados nas entidades profissionais competentes deve ser limitada à capacitação técnico-profissional, que diz respeito às pessoas físicas indicadas pelas empresas licitantes. **Acórdão 1674/2018 Plenário (Representação, Relator Ministro Augusto Nardes)**

É irregular a exigência de que a atestação de capacidade técnico-operacional de empresa participante de certame licitatório seja registrada ou averbada junto ao Crea, uma vez que o art. 55 da Resolução-Confea 1.025/2009 veda a emissão de Certidão de Acervo Técnico (CAT) em nome de pessoa jurídica. A exigência de atestados registrados nas entidades profissionais competentes deve ser limitada à capacitação técnico-profissional, que diz respeito às pessoas físicas indicadas pelas empresas licitantes." **Acórdão 1849/2019 Plenário (Representação, Relator Ministro Raimundo Carreiro)**

## DA ILEGALIDADE DA IMPOSIÇÃO DE EXPERIÊNCIA ANTERIOR ESPECÍFICA EM DETRIMENTO DAS PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA

É certo que a complexidade do escopo impõe certas cautelas da Administração na exigência da aptidão dos interessados. O edital impugnado, no entanto, excede completamente os parâmetros legais aplicáveis às exigências anteriores dos licitantes, em face da excessiva especificidade imposta aos atestados exigidos para a comprovação da capacidade técnica.

O excesso e a irrazoabilidade da exigência de qualificação técnica ora impugnada tornam evidente a incompatibilidade do edital com a Lei 8.666/93.

<sup>1</sup> – MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. 22. ed. São Paulo: Malheiros, 1997.

<sup>2</sup> – SUNFELD Carlos Ari. *Licitação e Contrato Administrativo*: Malheiros, 1994, p. 16.



Nesse sentido, o art. 30, §1º, da Lei 8.666/93 determina que a qualificação técnica profissional deve se restringir as parcelas de maior relevância, vedadas exigências de quantitativos mínimos ou prazos máximos.

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita **por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado**, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, **detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação**, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;  
(...) (grifou-se)

Repisa-se, o objeto da Administração não pode ser a contratação de empresa especializada na execução de um tipo de obra ou serviço específico, mas a contratação de empresa capacitada para a execução do escopo licitado. A capacitação técnica deve ser aferida de forma genérica, sendo vedada a imposição de detalhamentos irrelevantes para a comprovação do Know-how necessário a realização da obra licitada.

O Tribunal de Contas já se posicionou sobre a questão, reputando a ilegal exigência de experiência anterior em atividades específicas, como se depreende dos precedentes transcritos abaixo:

Requeira estabelecer exigências para comprovação de aptidão para prestar serviço, a apresentação e atestados ou certidões, **vedadas as limitações** de tempo, época, locais específicos ou **quaisquer outras não previstas em Lei**, que **inibam a participação da licitação**, a exemplo da fixação de experiência mínima dos profissionais **sem justificativa técnica que ampare**, em cumprimento ao disposto no § § 1º, 3º e 5º do art. 30 da Lei 8.666/93 **(Ac. 890/2007-Plenário)** (grifou-se)

Aceite a comprovação de capacitação técnica proveniente de obras diferentes daquela licitadas, **passando a ter como critério a semelhança entre os serviços a serem comprovados e não as obras que foram executadas (Ac. 1502/2009 – Plenário).** (grifou-se)

<sup>1</sup> – MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. 22. ed. São Paulo: Malheiros, 1997.

<sup>2</sup> – SUNFELD Carlos Ari. *Licitação e Contrato Administrativo*: Malheiros, 1994, p. 16.





As vedações legais as exigências de capacitação técnica específica são essenciais a tutela de competitividade, pois sem elas, as licitações teriam sempre os mesmos destinatários, quais sejam as empresas detentoras dos atestados idênticos ao escopo, sem possibilidade de novas empresas nessas licitações.

Ressalta-se que a exigência de atestados de atividades específicas termina por ferir o princípio da isonomia, pois discrimina empresas igualmente qualificadas e capacitadas.

Destaca-se que o referido princípio é fundamental para que a Administração alcançar a finalidade principal das licitações, consistente na obtenção da obra ou serviço segundo o melhor preço com a concessão de iguais oportunidades para todos interessados. Marçal Justen Filho destaca a importância do princípio ao comentar o art. 3º da Lei 8.666/93:

A licitação consiste em um instrumento jurídico para afastar a arbitrariedade na seleção do contratante. Portanto, **o ato convocatório deverá definir, de modo objetivo, as diferenças que são reputadas relevantes para a Administração.** A isonomia significa o tratamento uniforme para situações uniformes, distinguindo-se na medida em que existe diferença. (...) (Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 5ª Ed., Dialética) (grifou-se)

Sobre essa disposição, cita-se a orientação conferida pelo Min. Valmir Campelo, do Tribunal de Contas da União, ao manifestar o seguinte entendimento em seu voto, no Acórdão nº 170/2007, Plenário:

Assiste razão à Unidade Técnica. De fato, exigir-se comprovação de capacidade técnica para parcelas da obra que não se afiguram como sendo de relevância técnica e financeira, além de restringir a competitividade do certame, se constitui em clara afronta ao estabelecido pelo art. 30 da Lei 8.666/93 e vai de encontro ao disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, que preconiza que o processo licitatório **“somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”**. Quanto mais exigir-se comprovação de aptidão técnica para execução de serviços que nem mesmo fazem parte do objeto licitado. Deve-se ter em conta, também, que referidas **parcelas de pouca relevância referem-se a serviços que não envolvem tecnologias sofisticadas ou de domínio restrito**, como instalações de gases medicinais, laje pré-moldada beta 12, porta de centro radiológico e revestimento de argamassa de cimento e barita, **o que acentua o caráter restritivo à competição.** (TCU, Acórdão nº 170/2007, Plenário, Rel. Min. Valmir Campelo, julgado em 14.02.2007). (grifou-se)

<sup>1</sup> – MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. 22. ed. São Paulo: Malheiros, 1997.

<sup>2</sup> – SUNFELD Carlos Ari. *Licitação e Contrato Administrativo*: Malheiros, 1994, p. 16.





Porquanto, em vista da finalidade pretendida com as exigências de habilitação técnica e do próprio cenário legal que serve de fundo, **as exigências de comprovação de qualificação técnica-profissional devem restringir-se as parcelas que sejam, cumulativamente, de maior relevância e valor significativo e indispensável a garantia do cumprimento das obrigações.**

Vê-se então que a Lei nº 8.666/93 é taxativa ao disciplinar o atendimento ao mandamento constitucional e vedar quaisquer exigências relativas a demonstrações da qualificação técnica profissional superiores as mínimas necessárias para assegurar a adequada execução do futuro contrato.

O art. 37, inciso XXI, da Constituição da Republica limita a discricionariedade da Administração às exigências de demonstração apenas de requisitos técnicos indispensáveis a garantia do cumprimento das obrigações.

Art. 37 (...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que **assegure igualdade de condições a todos os concorrentes**, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual **somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.** (grifou-se)

Entende-se que em uma licitação envolvendo obras públicas de engenharia devam ser efetuadas exigências técnicas até para evitar a contratação de empresas sem experiência. No entanto a experiência de capacitação em parcelas de menor relevância financeira, como é o caso em tela, confere caráter restritivo a competitividade e afrontam a Lei de Licitações.

Ao proceder à análise dos subitens supra descritos, constata-se que aqueles sete eleitos (**a.8; a.9; a.10; a.11; a.12; a.13; a.14**) como relevantes tecnicamente, não condizem com a hipótese de relevância financeira, nos termos preconizados pela doutrina e jurisprudência, e tampouco possuem valor significativo (atingem menos de 4% do valor da obra, cada um respectivamente) e por isso são motivo desta impugnação.

<sup>1</sup> – MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. 22. ed. São Paulo: Malheiros, 1997.  
<sup>2</sup> – SUNFELD Carlos Ari. *Licitação e Contrato Administrativo*: Malheiros, 1994, p. 16.



A lei pretende garantir ao ente público o mínimo para execução qualitativa aquele contrato, mas não pode utilizar tal justificativa impondo restrição imotivada ao certame.

Repisa-se que aquelas **parcelas destacadas não ultrapassam o percentual de 4% do valor contratual**, demonstrando claramente não se tratar de parcela de maior relevância financeira.

*Hely Lopes Meirelles<sup>1</sup>* afirma que o princípio da impetrabilidade impõe ao administrador público praticar ato apenas para o fim que a norma indica, de forma expressa ou implícita, como objetivo do ato. Nesse diapasão, complementa que a violação desse princípio caracteriza o desvio de finalidade, isto é, prática de ato administrativo visando unicamente a **satisfazer interesses privados**, quer seja beneficiando, **por favoritismo, alguns em detrimento de outros, quer prejudicando terceiros, por perseguição do agente público**.

A aplicação desse princípio na fixação de exigências de qualificação técnica resulta na vedação do estabelecimento de restrições desnecessárias, inaptas ou excessivas, **com o objetivo de direcionar a licitação para determinados concorrentes, em detrimento dos demais licitantes**, ou na impossibilidade de deixar de se exigir qualificação técnica considerada indispensável a garantia da Administração Pública, apenas para permitir a participação no certame de determinado concorrente, que não teria condição de participar da licitação se fossem cumpridas as exigências legais.

## DA ILEGALIDADE DE PREVISÃO EM EDITAL DE REQUISITO RESTRITIVO

Considerando que a finalidade de apresentação de atestados em uma licitação é demonstrar a efetiva experiência da empresa em execução de obras ou serviços similares aquele objeto da licitação, não se pode conceber que em uma licitação a Administração imponha requisito tão restritivo tal como apresentação de atestados de capacitação de menor relevância (**inferior a 4% do valor estimado**).

<sup>1</sup> – MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. 22. ed. São Paulo: Malheiros, 1997.

<sup>2</sup> – SUNFELD Carlos Ari. *Licitação e Contrato Administrativo*: Malheiros, 1994, p. 16.





Por exemplo, uma cláusula restritiva em razão da complexidade técnica de determinado serviço, de valor irrelevante, poderia limitar a competitividade com indesejáveis consequências antieconômicas. Seria como restringir a competitividade de 99,9% da obra em razão de apenas 0,1% dela.

Ainda nesse aspecto, em relação a objetos complexos, em que diversos serviços estão envolvidos, como o caso de obras e serviços de engenharia, **usualmente, um parâmetro objetivo geral para a definição do “valor significativo” é a denominada “faixa A da Curva ABC” de relevância do orçamento.** Assim, devem ser identificados os serviços envolvidos, organizados segundo a metodologia da Curva ABC, e considerado para fins de qualificação técnica apenas aqueles enquadrados na “faixa A de relevância”.

Art. 1º Determinar que a **exigência de Capacitação Técnica se restrinja aos itens de maior relevância técnica e financeira contidos no objeto a ser licitado em número máximo de 8 (oito) e não superior a 50% (cinquenta por cento) das quantidades licitadas para o serviço específico.**

Art. 2º Os itens de maior relevância são entendidos como aqueles que constem do objeto licitado em valor igual ou superior a 4% (quatro por cento). [Disponível em: [https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-108-2008\\_205924.html](https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-108-2008_205924.html). Acesso em: 01/04/2021. Grifos nossos].

Inclusive, registre-se que, recentemente, tais parâmetros técnicos foram contemplados em texto de lei propriamente dita com a promulgação da Nova Lei de Licitações, no último dia 1º de abril do ano de 2021, e que já se encontra em vigência e em período de transição, ao passo que o art. 67 da Lei n.º 14.133/2021 § 1º e 2º vir a contemplar exatamente os percentuais já normatizados, confira-se:

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, **assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.**

§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, **será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento)** das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados. [grifos nossos].

Com efeito, doravante, os parâmetros técnicos normativos para aferição das parcelas de maior relevância e valor significativo, a serem exigidas para fins de

<sup>1</sup> – MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. 22. ed. São Paulo: Malheiros, 1997.

<sup>2</sup> – SUNFELD Carlos Ari. *Licitação e Contrato Administrativo*: Malheiros, 1994, p. 16.



qualificação técnica em licitações, deverão observar os percentuais objetivamente fixados em texto legal. Dito de outra forma, qualquer exigência que venha extrapolar ou não corresponder a tais parâmetros, invariavelmente, incorrerá em ilegalidade e significará ofensa tanto ao caráter competitivo do certame quanto aos demais princípios norteadores da Administração (isonomia, razoabilidade, proporcionalidade, dentre outros).

11

Segundo *CARLOS ARI SUNDFELD*<sup>2</sup>:

**“A competição, tão ampla quanto possível, é o valor fundamental a preservar. Daí que a Administração esteja obrigada a ensejá-la, favorece-la, estimulá-la, jamais podendo opor-lhes limites, barreiras ou dificuldades desarroçadas. O “caráter competitivo” é da essência da licitação. (grifou-se).**

É remansosa a doutrina e jurisprudência acerca da impossibilidade de restringir o universo dos universos dos possíveis participantes no processo licitatório, mormente aqueles que possuem condições de executar o seu objeto, sendo nulo o instrumento convocatório lançado à revelia da Lei.

Concorrência Pública. Edital. **É nulo o edital de concorrência pública elaborado sem observância das prescrições legais.** (TA-SP. Ag. Pet. Nº 71.389. Des. Marcondes Rangel. RDA, vol. 85, p. 185) (grifou-se)


LICITAÇÃO. EDITAL -EXIGENCIAS EXTRAORDINARIAS, REEXAME NECESSARIO IMPROVIDO. **É defeso ao agente público incluir no edital de licitação, cláusulas ou condições descabidas, suscetíveis de beneficiar pequeno grupo de empresas em prejuízo de outras menores, com idêntica capacidade técnica, caracterizado o fato, nulo é o instrumento de convocação dos interessados para apresentarem suas propostas.** (TJSC. Apelação Cível em MS nº 3416 – Capital, Rel. Francisco Oliveira Filho. DJ, 13/02/92)

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. EDITAL. CLAUSULA RESTRITIVA. DECRETO-LEI 2300/86 (ART. 25, PARAGRAFO 2º, 2, 1ª PARTE). **A exigência editalícia que restringe a participação de concorrentes, constitui critério discriminatório desprovido de interesse público, desfigurando a discricionariedade, por consubstanciar “agir” abusivo, afetando o princípio da igualdade.** (STJ. 1ª Turma. Recurso Especial nº 43856. Origem: Rio Grande do Sul. Rel. Min. Milton Luiz Pereira. DJ. 04.09.95, p. 27804)

Resta claro que a exigência da apresentação de capacitação técnica referente aos subitens **a.8; a.9; a.10; a.11; a.12; a.13; a.14**, ora impugnados, está eivado

<sup>1</sup> – MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. 22. ed. São Paulo: Malheiros, 1997.

<sup>2</sup> – SUNFELD Carlos Ari. *Licitação e Contrato Administrativo*: Malheiros, 1994, p. 16.





de inconstitucionalidade, pois inviabiliza a participação de empresa qualificada, com ampla experiência na prestação de serviços do objeto licitado.

## DA NECESSIDADE DE ANULAÇÃO PARCIAL, RETIFICAÇÃO E REPUBLICAÇÃO DO EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2022

12

Diante dos vícios verificados no instrumento convocatório, faz-se necessária a anulação de todos os atos praticados a partir da divulgação do referido edital, a fim de regularizar o ato convocatório, e assim, oportunizar a obtenção da proposta mais vantajosa que, verdadeiramente satisfaça a necessidade da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo e de toda coletividade.

Interessante seria, para tanto, a imediata suspensão da **TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2022**, até que seja declarada a nulidade do ato convocatório, para que, então, seja reformulado o edital, adequando às normas e princípios vigentes do ordenamento jurídico.

Ressalte-se que, para ficar caracterizado o vício, não é preciso que a irregularidade seja derivada de uma intenção reprovável, basta a identificação de cláusulas restritivas ou indevidas que acarretam prejuízos tanto para a Administração quanto para os licitantes.

A inobservância dos ditames legais significa afronta ao princípio da legalidade, consagrado na Constituição Federal (art. 37, caput), tornando real e patente a anulabilidade dos atos praticados a partir da elaboração do ato convocatório desta licitação.

Os atos de retificação e republicação do edital encontram-se disciplinados no § 4º do art. 21 do *Estatuto das Licitações e Contratos Administrativos*:

Art. 21.

(...)

§ 4º. Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, **reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido** (...) (grifou-se)

<sup>1</sup> – MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. 22. ed. São Paulo: Malheiros, 1997.  
<sup>2</sup> – SUNFELD Carlos Ari. *Licitação e Contrato Administrativo*: Malheiros, 1994, p. 16.



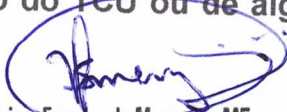
Outrossim, há que se ressaltar que todos os atos praticados em momento posterior a ratificação do ato convocatório viciado, não poderão surtir efeitos, uma vez decorrentes de ato nulo.

## DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, a Impugnante requer a anulação do Edital **TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2022**, face as restrições de competitividade e em atendimento ao princípio constitucional da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa, permitindo a **publicação de novo edital sem o vício ora impugnado**, conforme pedidos a seguir:

1. Requer que seja dado provimento a presente impugnação como tempestiva;
2. Requer que seja excluída os itens de **menor relevância (menor que 4%)** das exigências dos atestados de capacidade técnica:
  - a.8) Instalações Elétricas;
  - a.9) Instalações Hidráulicas;
  - a.10) Instalações de Águas Pluviais;
  - a.11) Instalações Sanitárias;
  - a.12) Acabamento em Louças e Metais;
  - a.13) Prevenção contra combate e incêndio (instalação de luminiárias, extintores e placas de sinalização de segurança contra incêndio)
  - a.14) Gases Medicinais (Construção de rede de gases medicinais)
3. Requer que seja excluída a exigência de registro no CREA, ou entidade profissional competente, dos **Atestados de Capacidade Técnica OPERACIONAL**, exigidos no tópico “26”;

Caso não seja acolhida esta impugnação, requer seja explicitada a fundamentação do posicionamento adotado por esta d. Comissão se decorrente de alguma orientação do TCU ou de alguma interpretação de Lei.

  
Vinicius Ferreira de Menezes - ME  
CNPJ 34.985.532/0001-47  
CREA-MG 83485

Neste Termos,  
Pede deferimento.

Monte Carmelo – MG, aos 10 dias do mês de agosto de 2.022.

<sup>1</sup> – MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. 22. ed. São Paulo: Malheiros, 1997.  
<sup>2</sup> – SUNFELD Carlos Ari. *Licitação e Contrato Administrativo*: Malheiros, 1994, p. 16.